

Abortamentos mais seguros: uma necessidade imperativa

Outubro 2021 | Nº 10

Mudar métodos e mentalidades

- De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), abortamentos inseguros causam 8% da mortalidade materna ao redor do mundo. São 25 milhões de óbitos por ano, dos quais 97% ocorrem em países em desenvolvimento.
- Quando realizados corretamente, abortamentos são procedimentos médicos seguros e eficazes.
- Em contextos nos quais o abortamento é legalmente restrito, o uso informal de abortamentos farmacológicos e de cuidados pós-abortamento (CPA) permite a redução de riscos de saúde associados a abortos clandestinos.

Um terço das 200 milhões de gestações anuais são indesejadas. Esse índice está estreitamente ligado às dificuldades de acesso à educação sexual e a métodos contraceptivos eficazes. A gravidez indesejada é uma questão de saúde pública: um quarto delas resulta em abortos inseguros, os quais são frequentemente acompanhados por complicações médicas.^[1]

O nível de risco associado a um aborto está relacionado não somente à sua legalidade, mas também às condições sanitárias presentes durante sua condução, ao método usado, e ao fato de o indivíduo que realiza o procedimento ter sido adequadamente treinado. No entanto, a descriminalização do aborto ainda é a principal ferramenta para torná-lo mais seguro, embora o aborto permaneça ilegal na maior parte dos países em desenvolvimento.

Além disso, o acesso ao aborto seguro é dificultado pela sua estigmatização, bem como por vulnerabilidades socioeconômicas, já que a sua realização exige o acesso fácil a informações claras sobre o procedimento. Muitas pessoas que buscam abortamentos evitam o serviço de saúde formal se consideram que sua anonimidade não será respeitada pelos profissionais de saúde.

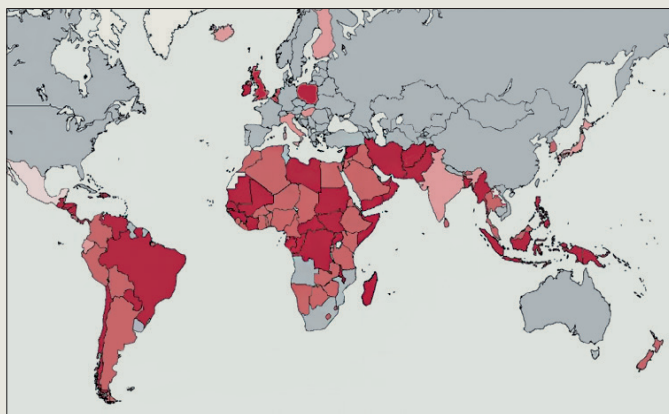
O desenvolvimento do CPA, nos anos 1990, e o uso mais disseminado de abortamento farmacológico nas últimas três décadas levaram a uma melhoria sensível na assistência ao abortamento.

Acompanhamento das complicações pós-abortamento

Abortos inseguros podem levar a complicações que variam de sangramento e infecções a perfurações do útero causadas por objetos contundentes. O CPA foi desenvolvido em países com legislações restritivas, possibilitando que essas complicações possam ser tratadas pelos serviços públicos de saúde. O CPA inclui também serviços de planejamento familiar e até mesmo diagnóstico e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis, quando há recursos disponíveis.

Autoras Valentine Becquet (*Institut national d'études démographiques*);
Heini Väisänen, (*Institut national d'études démographiques*);
Isaure Martinot-Lagarde (*Agence française de développement*);
Clémentine Rossier (*Universidade de Genebra e Institut national d'études démographiques*), Anne Roos-Weil (*Agence française de développement*)

Policy Brief



- Totalmente proibido, ou permitido somente para salvar a vida da pessoa gestante
- Permitido para proteger a saúde da pessoa gestante
- Permitido por razões econômicas ou sociais
- Permitido somente em casos de estupro
- Sem restrições
- Dados indisponíveis

Fonte: Guillaume, A.; Rossier, C. "L'avortement dans le monde: État des lieux des législations, mesures, tendances et conséquences," *Population* v. 73, n.2, pp. 225–322, 2018.

Assim, profissionais de saúde tratam as complicações em serviços públicos de saúde, mas não realizam abortamentos, que continuam a ocorrer em ambientes informais. A introdução do CPA possibilitou a redução das taxas de morbidade e mortalidade associadas com abortamentos, apesar de permitir que o debate sobre a legalização do aborto seja evitado.

Abortamento farmacológico: um método revolucionário?

Misoprostol^[2] é um princípio ativo usado tanto para CPA como para abortamentos farmacológicos. Mais recentemente, seu uso também se ampliou para abortamentos autoinduzidos, reduzindo, mais uma vez, os danos associados com procedimentos clandestinos em locais onde o acesso ao aborto é limitado – pela lei, por falta de pessoal especializado, ou por ambos^[1]. Inicialmente usado como fármaco antiulceroso, essa molécula pode ser indicada para diversos tratamentos, dentre eles o obstétrico. Assim, é um medicamento que deveria ser amplamente disponibilizado a preços acessíveis.

Contudo, o acesso ao misoprostol não é difundido. Aqueles que sabem como adquiri-lo em contextos em que o aborto é criminalizado tendem a ser pessoas com maior nível de escolaridade ou que vivem em áreas urbanas. Ademais, pessoas usuárias e fornecedores de misoprostol frequentemente não têm informações confiáveis sobre seu uso; isso sem desconsiderar o risco de ingestão de comprimidos adulterados^[3].

► Aprimorar o conhecimento sobre necessidades e práticas

Parece indispensável que o conhecimento sobre necessidades e práticas abortivas seja aprimorado, em especial no que diz respeito ao abortamento farmacológico – seja por meio da formação de profissionais, seja pela disponibilização de informações às pessoas gestantes, através da internet ou de números de discagem gratuita. Adicionalmente, é fundamental que se reforce o monitoramento da venda de fármacos que são apresentados como abortivos, mas são ineficazes^[3].

► Melhorar a assistência ao abortamento pelos sistemas de saúde

Dependendo das regulações específicas de cada país, é necessário expandir a disponibilidade de misoprostol em farmácias e estabelecimentos que comercializam medicamentos. Pode-se também considerar a possibilidade de delegação de tarefas relacionadas ao abortamento para outros profissionais da saúde que não sejam médicos: por exemplo, no caso de abortamento farmacológico, podem ser delegadas a farmacêuticos; para CPA, essas tarefas podem ser executadas por profissionais de enfermagem ou parteiros.

A administração do CPA também pode ser aprimorada por meio da garantia de melhor formação aos profissionais de saúde, pela disponibilização de equipamentos adequados, e pela modernização dos métodos utilizados. A curetagem uterina ainda é largamente utilizada em diversos países, apesar de ser um procedimento invasivo e caro, que deveria ser substituído por aspiração manual intrauterina ou por abortamento farmacológico.

► Legalizar o aborto e garantir o acesso ao abortamento seguro

É essencial que se realize um trabalho de sensibilização nos âmbitos político e social. O acesso a aborto seguro é um direito humano, de forma que deve ser democratizado para proporcionar acesso igualitário aos cuidados de saúde. A legalização deve caminhar de braços dados com a garantia do aborto seguro acessível e anonimizado.

► Lutar contra a estigmatização

Reduzir o estigma associado ao aborto contribui para a segurança da sua prática. A sensibilização do tema junto de profissionais de saúde é também essencial para garantir o cuidado respeitoso e isento de valorizações moralizantes.

[1] SINGH S. e MADDOW-ZIMET I. (2016). "Facility-based treatment for medical complications resulting from unsafe pregnancy termination in the developing world, 2012: a review of evidence from 26 countries." *BJOG: An International Journal of Obstetrics and Gynaecology* v. 123, n.9 pp. 1489–1498.

[2] Misoprostol está registrado com diversos nomes comerciais pelo mundo (Cytotec, Cyprostol, Misotrol); seu princípio ativo também está contido em fármacos usados para tratamento de dor articular, reumatismo e artrite (Arthrotec e Oxaprost).

[3] FOOTMAN K., et al (2018). "Medical abortion provision by pharmacies and drug sellers in low- and middle-income countries: a systematic review." *Studies in Family Planning*, v. 49, n.1, pp. 57–70.

Escopo geográfico: mundial

Palavras-chave: aborto, cuidado pós-abortamento, aborto autoinduzido

Tópicos: saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos

Agence française de développement (AFD) 5, rue Roland Barthes, 75012 Paris.

Diretor de publicação Rémy Rioux

Editor-chefe Thomas Mélonio

Criação gráfica MeMo, Julie Gilles, D. Cazeils

Concepção e realização Coquelicot

Depósito legal 4º trimestre de 2021 | ISSN 2742-5320

Créditos e autorizações



Licença Creative Commons

Atribuição–NãoComercial–SemDerivações

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Impresso pelo serviço de reprografia da AFD

Para navegar pelas nossas outras publicações da série Policy Brief:

<https://www.afd.fr/fr/collection/policy-brief>